

H. - 1/9

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e catorze, pelas dez horas, na Sala de Reuniões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente o Executivo Camarário com a presença do Senhor Presidente, Anselmo Antunes de Sousa e dos Senhores Vereadores, Paulo Jorge Santos Dias Esteves, António César Valente Figueiredo e Paulo Jorge de Lemos Amaral. O Senhor Vereador António Lopes esteve ausente por motivos de saúde -- A reunião foi presidida pelo Senhor Presidente e secretariada por Fernanda Maria Simões de Oliveira, Técnica Superior do mapa de pessoal do Município. -----

Às dez horas, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu início aos trabalhos. -----

1. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA, em conformidade com artigo 86.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugado com o artigo 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

1.1 – PEDIDO DE DOCUMENTOS -----

1.1.1 – O Senhor Vereador António César tomou a palavra questionando a razão pela qual não lhe foram facultados os documentos solicitados por requerimento à Coordenadora Técnica da Contabilidade, uma vez que a mesma os tinha entregado, AO Senhor Presidente da Câmara, atempadamente antes de ir de férias, dos seguintes procedimentos: -----

- Estrada Vale Pereiro / Pestana (Pavimentação já realizada no mês anterior); -----
- Obras do Estádio Municipal (Obras a decorrer); -----
- Obras de requalificação do Espaço das Festas do Sr. Bom Jesus dos Passos (a decorrer); --
- Obras do Parque Municipal (a decorrer); -----
- Passeios e Pavimentação em urbanização Privada Junto a Escola Secundária e Fonte o Sto. António (Obras a decorrer); -----
- Caminho da Santa Cruz. -----

Foram necessários vários contatos de correio eletrónico para obter uma resposta do Senhor Presidente e até à data ainda não foi obtida resposta apraz. -----

1.1.2 – O Senhor Presidente tomou a palavra esclarecendo que o requerimento não tinha data para entrega pensado que seriam entregues na reunião seguinte. Mais explicou que todos os Vereadores podem consultar os processos e os técnicos prestar as informações devidas. Que fique esclarecido que não se pretende nem se anda a esconder nada de ninguém. Com toda a franqueza, todas as obras que se andaram foram para o bem da

Mêda e não entendo o porquê desta insistência. Dá-me uma certa animosidade por causa de andarmos a fazer as obras. -----

Podem consultar todos os processos, os técnicos dão todas as explicações que tenham direito. Os procedimentos são feitos, tem confiança nos técnicos. Contudo os técnicos têm que ter consciência que são profissionais e há a deontologia profissional. Há que ter consciência disso. -----

1.1.3 – O Senhor Vereador António César prosseguiu afirmando que há dois pontos de vista: o ponto de vista das obras (querendo ter conhecimento do que se está a passar) e o ponto de vista das divergências das mesmas, referindo que o mais importante não é pintar paredes mas sim desenvolver o Concelho. Mais disse que o Senhor Presidente andava a executar obras numa luta contra o tempo querendo dar a entender que está a trabalhar, que está com a Mêda em movimento, mas, no entanto, tenta tapar o sol com a peneira escondendo o que realmente está a acontecer ao nosso Concelho reiterando novamente que a Mêda precisa de obras que não sejam populistas mas sim capazes de ajudar a iniciativa do setor privado, assim como evitar a saída dos serviços públicos da Mêda. Reafirmou ainda que este tipo de obras são realizadas na sequência normal e natural do desenvolvimento de um Concelho, devendo haver prioridades, as quais devem visar as pessoas permitindo que as mesmas tenham a possibilidade de se fixar na nossa região. Terminou, afirmando que não poderia aceitar o caminho delineado pelo Executivo (com maioria), o qual, na sua perspetiva é completamente errado. -----

1.1.4 – O Senhor Presidente interveio referindo que a sua política é para as pessoas. As pessoas hoje estão a dar conta que têm um presidente que não tinham antigamente. Entende que um presidente deve ser de proximidade, estar com as pessoas e só assim é que se resolvem os problemas. Foi para isso que foi eleito, foi isso que prometeu, estar sempre próximo delas e tentar resolver todas as questões solicitadas. É importante que lhes promete e cumpre. Não promete demagogias. Não cria uma fábrica mas promete e está a fazer para além disso. Criar condições para que as fábricas se possam instalar na Mêda. Podem até mesmo ter alguma surpresa positiva nesse sentido (um dia destes). Estamos a fazer esta política para criar condições de investimento na Mêda. Depois com toda a tranquilidade com toda a normalidade o povo há-de julgar. O povo é soberano e não está minimamente preocupado com isso. Uma coisa é certa, vai cumprir o meu papel de presidente que é estar sempre junto das pessoas, ouvir sempre as pessoas e estar sempre atento às necessidades delas. -----

2 – MONUMENTO DO EMIGRANTE -----

[Handwritten signature and initials in blue ink]

2.1 – O Senhor Presidente informou, atendendo que as pessoas estão em primeiro lugar e parecendo a enorme importância que tem os emigrantes no nosso Concelho, porque se não quisesse fazer estas obras guardava-as para fazer para o último ano ou penúltimo ano, de certeza que daqui a 3 anos se esqueceriam. Se fosse no ano de eleições criava impacto, mas não é isso que realmente preocupa entende que era uma necessidade neste momento. Os emigrantes merecem todo o respeito e humildade. São muito importantes não só para o país como também para o concelho e nós aproveitamos as nossas pequenas coisas para conviver com a população. Aproveitando a segunda-feira da festa da Mêda que é dedicada ao emigrante pretende-se homenagear os emigrantes com a inauguração do monumento que foi esculpido na árvore que caiu no Arquivo Municipal. Pedimos várias propostas a três arquitetos, foi escolhida a proposta mais baixa, ficando o valor aproximadamente três mil euros. É uma forma de agradecimento a todos os emigrantes que lá fora têm engradecido o nosso concelho. -----

2.2 – O Senhor Vereador António César tomou a palavra mencionando que subentende das palavras do Senhor Presidente como sendo contra a proximidade com as pessoas, insurgindo-se contra tal afirmação porque entende que um presidente deve estar próximo das populações. Cada um tem a sua postura. O Senhor Armando Carneiro era mais reservado, mais humilde, não gostava tanto de protagonismo, não era porque colocava um baloiço coma forma de uma joaninha ou de um gafanhoto que colocava uma placa de inauguração. Não devendo esquecer que quem lançou e realizou a obra do parque foi o Senhor Armando não tendo colocado para o efeito nenhuma placa a inaugurar. Por terminar, afirmou que o Senhor Presidente tem o direito de o fazer (colocar uma placa de inauguração), se fica bem ou mal fica na opinião de cada um, mas, no seu entendimento “roça o ridículo”. -----

3 – ENDIVIDAMENTO -----

3.1 – O Senhor Vereador António César proferiu que na sequência das obras e da estratégia adotada pelo Senhor Presidente para o concelho, essa estratégia esta a ter frutos, mas os frutos são negativos. A Mêda é notícia mas não pelas melhores razões. Saiu um artigo no Interior, jornal ao qual, na opinião do Senhor Vereador César, o Senhor Presidente dá muita importância, que dentro das 17 Câmaras do distrito da Guarda a Mêda num grupo restrito das mesmas contrariou a tendência da região no ano passado e aumentou o passivo exigível. A Mêda ultrapassou em 31%, isto dá qualquer coisa como uma dívida que representa 7,6 milhões de euros. -----

Cinco câmaras municipais aumentaram a dívida em 2013: Fundão, Mêda, Belmonte, Manteigas e Trancoso. Contrariando a tendência da região e do país no ano passado em aumentar o seu passivo exigível revela o último anuário financeiro dos municípios portugueses. A dívida da edilidade da Mêda foi a que mais subiu neste período, tendo aumentado mais de 1,8 milhões de euros, ou seja, mais 30,9 por cento que no ano anterior. São números do Tribunal de Contas. Perante estes dados, o Senhor Vereador interpelou o Senhor Presidente se sabia o que estava a fazer no Concelho. -----

3.2 – O Senhor Presidente esclareceu que ao querer ataca-lo, cai tudo por terra. Os dados são relativos ao exercício de 2013, do qual só exerceu funções de presidente durante dois meses. No mandato anterior o Senhor Armando Carneiro que fez um excelente trabalho a nível económico, fez um bom trabalho. Essas dívidas, segundo esses dados, são de 2013 que não foi do Anselmo Antunes de Sousa mas do mandato do Senhor Armando Carneiro. Em dois meses não se faz nada. Portanto não foram contas do mandato de Anselmo Antunes de Sousa. Por outro lado, a Mêda faz parte do quadro das câmaras menos endividadas. As contas têm sido transparentes. No final de 2013 a dívida era de 6 milhões de euros a médio e longo prazo mas contando com um milhão a prazo a dívida fica em 5 milhões. A questão dessa análise está na perda de habitantes no concelho. O que interessa é saber que de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013 a Câmara reduziu a dívida em 1,5 milhões de euros e neste momento podemos garantir que a dívida em relação a 2010 até agora é à volta de menos de 3 milhões. A dívida da Câmara neste momento anda á volta de 5 milhões. Reforço que esses dados não são do mandato do presidente Anselmo Antunes de Sousa mas são do mandato de Armando Carneiro. Atenção não o critico tenho a certeza que o melhor que ele fez foi a nível económico e ter reduzido a dívida. -----

3.3 – O Senhor Vereador António César retomou a palavra declarando que os dados são extraídos de um documento técnico emitido pelo Tribunal de Contas o mesmo que visou o empréstimo do saneamento e que não podem por em causa porque se serve para visar umas coisas também serve para ter atenção a outras. Contra factos não há argumentos. O que está escrito no documento é que há subida da dívida de 31%, totalizando neste momento 7,6 milhões. Mais disse que, tomou a decisão de se demitir do cargo de Adjunto do Senhor Presidente Armando Carneiro em abril de 2013 porque à data quem mandava e decidia era o Vice-presidente e o Vereador Anselmo, criticando também o Presidente Armando de não ter “assumido” a presidência até ao fim. -----

3.4 – O Senhor Vice-presidente tomou a palavra explicando que o endividamento foi calculado com dados de 2013. O aumento de 30% é um aumento relativo comparativamente com os habitantes do concelho. Como sabemos o concelho diminuiu drasticamente o número de habitantes, porque se formos a ver em termos de valor global da dívida, não houve aumento em termos de valor. A comparação é feita em termos de habitantes, diminuindo estes, a dívida sobe. -----

3.5 – O Senhor Vereador Paulo Amaral tomou a palavra dizendo que em relação ao jornal Interior afinal alguém também o lê. Em relação ao anuário publicado pela Ordem do Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) vai aferir sobre a densidade populacional. Obviamente escusa-se de partilhar em termos da história da confusão de 2013 ficando a saber que realmente até abril foi um mar de rosas. -----

A sua preocupação é este ano, querendo saber se a Câmara está com capacidade de endividamento. Se tem capacidade de fazer obras, se precisa desenvolver o concelho imaterial ou materialmente. Não tem que continuar a fazer estas obras que são obras de embelezamento de correção, de necessidade algumas delas e de políticas que tem a ver com as pessoas e para as pessoas. -----

2. ORDEM DE TRABALHOS: -----

2.1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23 DE JULHO -----

Presente à reunião, para aprovação, ata da reunião da Câmara Municipal, realizada no dia 23 de julho de 2014, cuja leitura foi dispensada, em virtude da mesma ter sido distribuída, previamente, a todos os membros do Executivo. -----

DELIBERAÇÃO Nº 193 – Foi deliberado, por maioria dos presentes, com um voto contra do Senhor Vereador António César, aprovar a ata em epígrafe. -----

O Senhor Vereador António César apresentou a seguinte Declaração de Voto: -----

“Votei contra a ata por não refletir, em diversos pontos, a realidade do que se debateu na reunião anterior. Existe uma omissão de intervenções, um esconder de afirmações proferidas por alguns elementos do executivo, designadamente o Senhor Presidente e o Senhor Vereador Paulo Amaral e o Senhor Vereador Paulo Esteves, que deveriam constar na ata e foram, talvez intencionalmente, omitidas. O Senhor Presidente continua a colocar as palavras à sua medida, querendo fazer constar posteriormente o discurso que mais lhe convém. O Senhor Vereador Paulo Amaral talvez não queira deixar escrito para a memória futura algo que ateste a sua presença em determinados atos deliberativos como podemos atestar no que se refere ao seu passado político afirmando que a obra não é dele que desconhece, que faria diferente, ...etc., criticando mesmo o anterior Presidente,



Dr. João Mourato, que lhe deu "guarida" durante anos e anos possibilitando a sua reforma sendo incapaz de o enfrentar acomodando-se ao ordenado de vereador, não será um déjà-vu? Devemos assumir aquilo que dizemos, de forma transparente (porque o povo que nos eleger assim nos exige, por direito próprio), mesmo que as palavras sejam duras, mas que sejam a realidade do que aqui dizemos e tratamos, e não andemos a "cozinhar a posteriori" o que é mais conveniente e menos prejudicial à imagem política de cada um". -

2.2 – ESCRITURA DE JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL -----

Presente à reunião, para aprovação, a Proposta n.º 23/2014 sobre a autorização da escritura de justificação notarial dos prédios identificados na mesma. -----

DELIBERAÇÃO Nº 194 – Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar a Proposta n.º 23/2014 sobre a autorização da escritura de justificação notarial dos prédios identificados na mesma e mandar o Senhor Presidente para a outorga da respetiva Escritura de Justificação Notarial e prestar as necessárias declarações. -----

2.3 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO PARA 2014/2016 AO CENTRO SÓCIO CULTURAL DA CORISCADA -----

Presente à reunião, para aprovação, o pedido de apoio financeiro para o Centro Sócio Cultural da Coriscada. -----

DELIBERAÇÃO Nº 195 – Foi deliberado, por maioria dos presentes, com uma abstenção do Senhor Vereador António César, aprovar a atribuição do apoio financeiro de €6.000,00 (seis mil euros) ao Centro Sócio Cultural da Coriscada para 2014/2016. O apoio consta do orçamento do corrente ano tendo sido objeto de cabimento n.º 4730, na rubrica com a classificação económica 02/04050108, ação 2014/516. -----

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OBRAS -----

SETOR FINANCEIRO -----

CONTABILIDADE E FINANÇAS -----

2.4 – 9.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL -----

Presente à reunião, para ratificação, o Despacho do Senhor Presidente de aprovação da 9.ª alteração orçamental no valor de €500,00 (quinhentos euros). -----

DELIBERAÇÃO Nº 196 – Foi deliberado, por maioria dos presentes, com um voto contra do Senhor Vereador António César, aprovar e ratificar o Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 25 de julho de 2014, de aprovação da 9.ª Alteração Orçamental no valor de €500,00 (quinhentos euros). -----

2.5 – 10.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL -----

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Presente à reunião, para ratificação, o Despacho do Senhor Presidente de aprovação da 10.ª alteração orçamental no valor de €53.900,00 (cinquenta e três mil e novecentos euros). -----

DELIBERAÇÃO Nº 197 – Foi deliberado, por maioria dos presentes, com um voto contra do Senhor Vereador António César, aprovar e ratificar o Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 8 de agosto de 2014, de aprovação da 10.ª Alteração Orçamental no valor de 53.900,00 (cinquenta e três mil e novecentos euros). -----

APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO -----

2.6 – GASÓLEO RODOVIÁRIO A GRANEL E EM POSTOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO ---

Presenta à reunião, para ratificação, o Despacho n.º 22/2014 do Senhor Presidente de aprovação do relatório final e adjudicação da aquisição do gasóleo rodoviário a granel e em postos públicos de abastecimento. -----

DELIBERAÇÃO Nº 198 – Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar e ratificar o Despacho N.º 22/2014 do Senhor Presidente da Câmara, datado de 5 de agosto, de aprovação do relatório final e adjudicação da proposta apresentada pelo concorrente Petróleos de Portugal – Petrogal, S. A., com o desconto de €0,0528/L sobre o preço de referência em postos de abastecimento públicos e de €0,0900/L para o abastecimento a granel. -----

Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, mandar o Senhor Presidente para outorgar a minuta e o respetivo contrato. -----

TESOURARIA -----

2.7 – SITUAÇÃO FINANCEIRA -----

Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria n.º 151, de 12 de agosto de 2014, cujo valor em **Operações Orçamentais** é de **€1.134.498,74** (um milhão, cento e trinta e quatro mil, quatrocentos e noventa e oito euros e setenta e quatro cêntimos), e em **Operações Não Orçamentais** de **€276.271,96** (duzentos e setenta e seis mil, duzentos e setenta e um euros e noventa e seis cêntimos). -----

DELIBERAÇÃO Nº 199 – O Executivo tomou conhecimento. -----

SETOR DE SERVIÇOS OBRAS MUNICIPAIS -----

2.8 – BENEFICIAÇÃO DO CAMINHO AGRÍCOLA DA QUINTA DO CÔNSUL – VALE DO OLMO

Presente à reunião, para aprovação, auto de medição – 2.ª situação de trabalhos normais no valor de €46.200,10, da obra em epígrafe. -----

DELIBERAÇÃO Nº 200 – Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar nos termos e fundamentos constantes da aludida informação técnica, o referido auto e autorizar o respetivo pagamento, da obra em epígrafe. -----

2.9 – CONCEPÇÃO / CONSTRUÇÃO DE ARRANJO URBANÍSTICO E INFRAESTRUTURAS DA ZONA ENVOLVENTE DO PÓLO TERMAL DE LONGROIVA (2006) -----

Presente à reunião, para aprovação, informação nº 130/SOM, para libertação de Garantia Bancária e liquidação de cativos, da obra em epígrafe. -----

DELIBERAÇÃO Nº 201 – Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, retirar o presente assunto para análise numa próxima reunião, em virtude do Senhor Vereador António Lopes se encontrar ausente. -----

2.10 – BENEFICIAÇÃO E REPAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA CORISCADA – GATEIRA – LIMITE DO CONCELHO -----

Presente à reunião, para aprovação informação nº 143/SOM, sobre a Abertura de Procedimento, da obra em epígrafe. -----

DELIBERAÇÃO Nº 202 – Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar nos termos e fundamentos constantes da aludida informação técnica, o programa de procedimento e caderno de encargos e proceder à abertura de um concurso público. -----

Esta empreitada consta no Plano Plurianual de Investimento/Orçamento do corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato verba disponível na rubrica com a classificação económica 02/07030308, ação 2014/21, conforme Declaração do Serviço de Contabilidade e Finanças. -----

Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, para efeitos dos artigos 67.º a 69.º do CCP, designar para júri do procedimento em epígrafe os seguintes: Presidente: Eng. Armindo Bernardo; Membro efetivo: Dr. Carla Sequeira e Eng. Jorge Daniel; e Suplentes: Dn. Estela Sobral e Eng. Maria Teresa Pinto. -----

2.11 – DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA -----

Presente informação sobre aquisição de terrenos em Longroiva: Declaração de Utilidade Pública. -----

DELIBERAÇÃO Nº 203 – Foi deliberado, por maioria dos presentes, com um voto contra do Senhor Vereador António César, aprovar nos termos e fundamentos constantes da aludida informação técnica, requerer a Declaração de Utilidade Pública com a atribuição de caráter de urgência à expropriação nos termos do artigo 15.º do Código de Expropriações (CE), a tomada de posse administrativa considerado o disposto no artigo 19.º do referido código e proceder à notificação prevista no n.º 5 do artigo 10.º do CE. ----

Mais foi deliberado, por maioria, remeter o requerimento de Declaração de Utilidade Pública ao Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local nos termos do disposto da alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º do CE. -----

O Senhor Vereador António César apresentou a seguinte Declaração de Voto: -----

“Voto contra porque o processo foi mal encaminhado desde o início o que poderia ter outro desfecho”. -----

2.12 – APROVAÇÃO EM MINUTA: -----

DELIBERAÇÃO Nº 204 – Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar os pontos 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.8, 2.9, 2.10 e 2.11, em minuta, a fim de produzirem efeitos imediatos. -----

Nada mais havendo a tratar às onze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que depois de lida e achada em conforme, vai ser assinada pelos membros do Executivo presentes na reunião e por mim, Fernanda Maria Simões de Oliveira, Técnica Superior do Mapa de Pessoal deste Município, que secretariei. -----











